

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 3907/2025

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2025.

Processo nº 0084629-69.2018.8.19.0001,
ajuizado por **C.A.D.S.**

Em atendimento à Intimação Eletrônica Judicial (fl. 1878), seguem as informações.

Acostado às folhas 52 a 56, consta o PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NAT Nº 1179/2018, elaborado em 19 de abril de 2018, no qual foram esclarecidos os aspectos relativos às legislações vigentes à época; ao quadro clínico do Autor – **paraplegia traumática, traumatismo raquimedular, bexiga e intestino neurogênicos**; à indicação e à disponibilização, no âmbito do SUS, dos medicamentos **Lidocaína geleia 2% (Xylocaína®)** e **ácido bórico a 3% (água boricada)** e dos insumos **cateter uretral de alívio e coletor de urina**.

Acostado às folhas 818 a 821, consta o PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 0813/2022, elaborado em 02 de maio de 2022, no qual foram esclarecidos os aspectos relativos, em síntese:

- A falta de menção do uso de ácido bórico a 3% (água boricada) no documento médico apreciado (fl. 630), entendendo-se que **não existia mais a necessidade de utilização deste pelo Autor**.
- Acerca das quantidades pretendidas, cumpre esclarecer que este Núcleo considerou o quantitativo dos insumos prescritos em documento médico, até então, mais recente acostado aos autos (fls. 630 e 631), visto que é de competência médica tal solicitação e por entender que correspondia a demanda, à época, em relação ao quadro clínico do Autor. Itens: **sonda de nelaton nº 12 – 150 unidades/mês, saco coletor de urina aberto – 150 unidades/mês e lidocaína gel a 2% – 10 bisnagas/mês**. Entendendo-se a quantidade prescrita **adequada**.
- Para o caso do Autor, **deve se utilizar coletor de urina sistema aberto**, conforme solicitado pelo médico assistente.

À folha 839, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro reconheceu a **desnecessidade do ácido bórico a 3% (água boricada)**.

Acostado às folhas 1484 a 1485, consta o PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 1455/2024, elaborado em 24 de abril de 2024, no qual foram esclarecidos os aspectos relativos ao pedido de inclusão dos insumos **gaze hidrófila** e **luva de látex não estéril**, os quais **foram indicados**, à época, sendo também proferidas informações quanto à disponibilização, no âmbito do SUS. Assim como foi apreciado o pedido de inclusão de **Sinvastatina 20mg** e **Vitamina D 2.000UI**, tendo este Núcleo ficado **impossibilitado de realizar uma inferência segura acerca de sua indicação**, mediante ao fato de no documento médico (fl. 1459) **não constar a identificação do profissional emissor**. Sendo, então, **sugerida a emissão de documento médico atualizado que justificasse a utilização, pelo Autor**.

Acostado às folhas 1594 a 1595, consta o PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 2395/2024, elaborado em 01 de julho de 2024, no qual foram esclarecidos os aspectos relativos ao pedido de inclusão dos medicamentos **Sinvastatina 20mg** e **Vitamina D 2.000UI (colecalfiferol)**, sendo considerados, á época, indicados ao quadro clínico apresentado pelo Autor, bem como foi informado sobre a sua disponibilização, no âmbito do SUS.

ÁCIDO BÓRICO A 3% (ÁGUA BORICADA)

Posteriormente à elaboração do parecer técnico supramencionado, foi anexado ao processo novo documento médico (fl. 1810), datado de **13 de maio 2025**, sendo informado o quadro de reação alérgica ao uso de água boricada, sendo recomendado o uso da marca comercial **Farmax**.

Mediante ao exposto, elucida-se que há disponível no mercado brasileiro outros tipos de água boricada. Portanto, cabe dizer que **Farmax®** corresponde a marca e, segundo a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, a qual institui normas de licitação e contratos da Administração Pública, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração. Sendo assim, os processos licitatórios de compras são feitos, em regra, pela descrição do insumo, e não pela marca comercial, permitindo ampla concorrência.

Conforme previamente esclarecido em parecer técnico, o **ácido bórico a 3% (água boricada)** não integra nenhuma lista de dispensação pelo SUS, no âmbito do município e do Estado do Rio de Janeiro.

No entanto, apesar de nos documentos médicos, previamente anexados aos autos processuais e apreciados por este Núcleo, não ter sido justificada especificamente a sua utilização, por sua **propriedade antisséptica**, acredita-se de o seu uso esteja relacionado à **antisepsia** da genitália antes da realização do procedimento de **cateterismo vesical de alívio**.

Portanto, informa-se que como **alternativas terapêuticas para antisepsia da região genital prévia ao procedimento de cateterismo vesical de alívio, no âmbito do SUS**, na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais do Componente Básico da Assistência Farmacêutica do município do Rio de Janeiro (REMUME RIO -2018), estão descritos os seguintes antissépticos:

- clorexidina, digluconato degermante, 2%, em frasco de 1000mL;
- clorexidine degermante 2% - almotolia 100mL;
- clorexidina 0,2 % solução aquosa, frasco mínimo 100mL;
- clorexidina, digluconato, solucao aquosa, 1%, em almotolia 100mL.

✓ Assim, caso o médico assistente do Autor considere a clorexidina degermante e/ou aquosa, padronizadas no SUS, como alternativa terapêutica ao pleito **ácido bórico a 3% (água boricada)**, informa-se que, para acesso, o Autor ou seu Representante Legal deverá comparecer a uma unidade básica de saúde mais próxima de sua residência, **portando receituário atualizado**, a fim de obter esclarecimentos acerca de sua disponibilização.

QUANTITATIVO DOS ITENS REQUERIDOS E INCLUSÃO DE VITAMINA D 1.000UI

Reassalta-se que, à folha 1834, foi apensado documento médico datado de **08 de agosto de 2025**, **sem a identificação do profissional emissor**, sendo, portanto, **desconsiderado por este Núcleo**.

Cabe ainda destacar que, à folha 1847, o **Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**, que dentre outros, realizou tal apontamento “*Considerando que no pedido de bloqueio de fls. 1832/1841, foi anexado novo laudo médico que **duplica a quantidade mensal de insumos e sextuplica a quantidade mensal de lidocaína**, requer o Ministério Público a remessa dos autos ao NAT para nova análise.*”.

Bem como, às folhas 1858 a 1887, foi solicitada a inclusão do medicamento **Vitamina D 1.000UI – 1cp/dia**. Além, do pedido de bloqueio de verba pública para a aquisição de **bolsa coletora aberta de urina – 300 unidades por mês, sonda de nelaton nº 12 – 300 unidades por mês, Lidocaína gel – 60 bisnagas por mês e Água boricada 3% 100mL – 10 frascos por dia**.

Todavia, cabe destacar que, para a **apreciação do quantitativo adequado** dos itens requeridos e **da indicação do pedido de inclusão** do medicamento **Vitamina D 1.000UI**, conforme solicitação do MPERJ (fl. 1847), **há necessidade de documento médico apto à análise**, ou seja, com **devida identificação e assinatura do profissional emissor**.

Acrescenta-se que:

- Considerando o previsto na alínea “C”, do artigo 35, da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, no qual é determinado que somente será aviada a receita que contiver a data e **assinatura do profissional**, endereço do consultório ou da residência e o número de inscrição no respectivo CRM.
- Segundo o Processo-consulta CREMERJ nº 46/96, onde qualquer ato médico deve ser acompanhado não só da assinatura como do registro do médico no CREMERJ - **número do CRM**.
- Conforme os artigos 3, 4 e 11, do Capítulo III do Código de Ética Médica, em que é vedado ao médico deixar de assumir responsabilidade sobre procedimento médico que indicou ou do qual participou, bem como de qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, e, ainda, que **é vedado receitar sem a devida identificação de seu número de registro** no Conselho Regional de Medicina da sua jurisdição.

Assim, **neste momento, este Núcleo fica impossibilitado de realizar quaisquer inferências seguras acerca do supramencionado**, considerando que um dos critérios que asseguram o **pronunciamento técnico**, por este Núcleo, é a existência de **laudo médico atualizado que justifique o pleito**, dentre os documentos que compõem o processo.

Desta forma, **sugere-se que seja emitido novo documento médico atualizado (com data), legível, com assinatura e identificação legível do profissional emissor (nome e nº CRM), que verse sobre o quadro clínico atual do Autor, bem como o plano terapêutico necessário no momento, que justifique o pleito.**

- Destaca-se que **para justificar os itens requeridos (fls. 1858 a 1887), deverá ser descrito quadro clínico compatível com a utilização de cada item, além da necessidade de especificação do quantitativo necessário de procedimentos de**

cateterismo vesical de alívio a cada 24 horas e o quantitativo real necessário de cada item/por dia.

- Solicita-se, ainda, que o **médico assistente avalie e disserte acerca da possibilidade do uso do(s) antisséptico clorexidina degermante e/ou aquosa, em alternativa ao pleito ácido bórico a 3% (água boricada). Caso seja perinente, deverá ser prescrita e justificada a quantidade necessária por dia ou por mês.**

É o parecer.

Ao 2º Juizado Especial Fazendário da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

Elaborado pela equipe técnica do NATJUS-RJ.

FLÁVIO AFONSO BADARÓ

Assessor-chefe
CRF-RJ 10.277
ID. 436.475-02